

Doutorado em Antropologia (UBA-Argentina) e mestrado em Estudos Fronteiriços (UFMS-Brasil): experiências de pesquisas aplicadas em intercâmbios internacionais

PhD in Anthropology (UBA-Argentina) and master's degree in Border Studies (UFMS-Brazil): experiences of applied research in international exchanges

Doctorado en Antropología (UBA-Argentina) y maestría en Estudios Fronterizos (UFMS-Brasil): experiencias de investigación aplicadas en intercambios internacionales

<http://dx.doi.org/10.21713/2358-2332.2016.v13.959>

Sebastián Valverde, doutor em Ciências Antropológicas pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires (UBA) e investigador assistente do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (CONICET/FFyL-UBA), Buenos Aires, Argentina. E-mail: sebaivalverde@yahoo.com.ar.

Marco Aurélio Machado de Oliveira, doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), *campus* do Pantanal, Corumbá, MS, Brasil. E-mail: marco.cpan@gmail.com.

Resumo

Este artigo se propõe a apresentar as experiências relacionadas à aplicação de pesquisas e de transferências de resultados nos âmbitos do Mestrado em Estudos Fronteiriços (MEF), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e do curso de Pós-Graduação em Antropologia, da *Facultad de Filosofía y Letras*, da *Universidad de Buenos Aires*. Trata de experiências de pesquisas aplicadas por equipes de ambos os programas de pós-graduação, bem como da forma como a parceria estabelecida

a partir do desenvolvimento do Projeto “Fronteiras”, financiado pela Coordenação de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo Brasil, e pela *Secretaria de Políticas Universitarias* (SPU), pela Argentina, proporcionou melhorias nas ferramentas metodológicas utilizadas nas atividades de pesquisa. O artigo traz uma série de reflexões que permitem comparar as experiências desenvolvidas em ambos os programas de pós-graduação. Primeiramente, os pesquisadores da UBA relatam suas experiências com os povos indígenas em situação de fronteira, abordando diversos problemas que a comunidade demanda, buscando contribuir para a construção de soluções. Posteriormente, são apresentados os trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores do MEF junto a instituições e órgãos que atuam diretamente com imigrantes em região de fronteira, da mesma maneira que os da UBA, aplicando as pesquisas e transferindo os melhores resultados.

Palavras-chave: Pesquisas Aplicadas. Transferências de Resultados. Parcerias Internacionais. Povo Mapuche. Imigrantes.

Abstract

This article aims to present the experiences related to the application of research and the transfer of results in the Mestrado em Estudos Fronteiriços (MEF), at the Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, and the graduate program in Anthropology, of the *Facultad de Filosofía y Letras*, at the *Universidad de Buenos Aires*. We treat the research experience applied by teams of both graduate programs, as well as how the ways in which the partnership from the development of the Project “Fronteiras”, supported by CAPES (Brazil) and SPU (Argentina), provided improvements in the methodological tools used in the research activities. This article brings a series of reflections that make it possible to compare experiences acquired in both graduate programs. Firstly, the researchers of the UBA describe the experience with the indigenous peoples in border situations, addressing various problems that the community demands, seeking to contribute to building solutions. Afterwards, the work developed by the MEF researchers with institutions and agencies that work directly with immigrants in the border region is presented, comparatively considering research applications and the transfer of best results.

Keywords: Applied Research. Results Transfers. International Partnerships. Mapuche People. Immigrants.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar las experiencias relacionadas con la instrumentación de diferentes resultados de investigación y transferencia obtenidos por equipos de la Maestría de Estudios Fronterizos (MEF) de la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul (Brasil) y la Maestría en Antropología Social de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires (Argentina). Abordamos aquí las experiencias de investigaciones aplicadas por equipos de ambos programas de postgrado, profundizando en la forma en que la alianza establecida – centrada en la temática de las “fronteras” – a partir del proyecto financiado por CAPES (Brasil) y SPU (Argentina) ha dado lugar a mejoras en las herramientas metodológicas utilizadas en las actividades de investigación. Tratamos en este escrito una serie de reflexiones que permiten comparar las experiencias desarrolladas en ambos programas de postgrado. Por un lado, con los investigadores de Argentina (de la UBA), con relación a los pueblos indígenas en contextos de frontera se busca desde el ámbito de aplicación afrontar diversos problemas que demanda la comunidad. Por otro lado, con el trabajo desarrollado en Brasil (por el MEF) con las instituciones y organismos que trabajan directamente con los inmigrantes en la región fronteriza, de la misma manera se busca aplicar y transferir las investigaciones y resultados.

Palabras clave: Investigaciones Aplicadas. Transferencia de Resultados. Aparcerías Internacionales. Pueblo Indígena Mapuche. Inmigrantes.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo se propõe a apresentar as experiências relacionadas à aplicação de pesquisas e de transferências de resultados nos âmbitos do Mestrado em Estudos Fronteiriços (MEF), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e do curso de Pós-Graduação em Antropologia,

Mestrado e Doutorado, da *Facultad de Filosofía y Letras, da Universidad de Buenos Aires*. Trata-se de iniciativa deflagrada a partir da aprovação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Secretaria de Políticas Universitárias (SPU) do Projeto “Fronteiras” no Edital Centro Associados para Fortalecimento da Pós-Graduação Brasil-Argentina (CAFP), implantado em 2014.

Desde 2010 têm sido desenvolvidas atividades de forma conjunta com os docentes e pesquisadores de ambos os países das mencionadas instituições. Trata-se de aproximações que se efetivaram, por exemplo, em 2012, com a organização conjunta do Seminário Internacional América Platina¹, e que se aprofundaram em 2013 com o início do projeto bilateral de associação acadêmica Programa de Centros Associados para o fortalecimento da Pós-Graduação Brasil-Argentina (CAFP). Um dos objetivos desse projeto é o de criar mecanismos necessários para reduzir as desigualdades regionais presentes no âmbito da educação superior, tendo como linha fundamental a consolidação de grupos de pesquisa nas diversas áreas de conhecimento.

A equipe que tem efetuado essas articulações está há mais de 20 anos trabalhando na problemática etnicidades e fronteiras e as diversas transformações territoriais, centrando-se nos povos indígenas e nos pequenos produtores, considerando as vinculações desses grupos com o conjunto das dinâmicas regionais e locais (BALAZOTE; RADOVICH, 2013; BALAZOTE; HOCSMAN, 2013; BELLI et al., 2004; RADOVICH; BALAZOTE, 1992, 1999; REIS et al., 2005; TRINCHERO, 2000). No presente artigo retomamos as experiências desenvolvidas na zona de San Carlos de Bariloche, na Patagônia Argentina, e nas diversas comunidades mapuche assentadas na localidade e em áreas vizinhas. Há vários anos, vem se trabalhando na região de forma articulada com diferentes comunidades e organizações mapuche, o que tem permitido efetuar avaliação e caracterização das diversas problemáticas, aspecto que desenvolvemos ao longo deste artigo. A partir desse trabalho, é que se tem desenhado, e se encontra em seu início, um novo projeto, que implica um trabalho combinado entre o âmbito universitário, organizações indígenas e diversas instituições locais, que propõe aprofundar análises e brindar com soluções diferentes problemas que afetam esses setores sociais. Como

já assinalado, buscamos fazer uma comparação com as experiências desenvolvidas no Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, neste caso, com imigrantes em região de fronteira. Verificaremos como os trabalhos desenvolvidos com os pesquisadores do MEF junto a instituições e órgãos que atuam diretamente com os imigrantes em região de fronteira, da mesma maneira, aplicando as pesquisas, têm conseguido construir meios de transferir os melhores resultados. Estudiosos do MEF têm se ocupado da temática imigração desde antes de sua implantação, ocorrida em 2008, dedicando-se, nos últimos anos, às demandas emanadas dos agentes que coordenam o atendimento, o encaminhamento e o acolhimento ao imigrante em região de fronteira.

Um dos desafios mais severos na experiência do MEF, como mestrado profissional e interdisciplinar, na fronteira do Brasil com a Bolívia é o de lidar com órgãos que ali atuam. Isso porque não há, em nenhum dos países, formação destacada para que seus agentes atuem, nos mais diferentes segmentos profissionais, em região de fronteira. Tal condição conduz o MEF, por um lado, a redimensionar os graus de dificuldades para a sua inserção nos ambientes funcionais, e, por outro, exige níveis de criatividade mais acentuados para, por exemplo, elaborar e aplicar naqueles setores as Comunidades de Prática (CPs).

2 A ZONA DE SAN CARLOS DE BARILOCHE: PONTOS EM COMUM COM CORUMBÁ

Antes de fazer uma caracterização da região onde reside o povo mapuche, no sul da Argentina (especificamente na região da cidade de San Carlos de Bariloche), queremos explicitar que, na área escolhida, há vários anos se vem trabalhando articuladamente com diferentes comunidades desse povo originário e com instituições locais. Seleccionamos essa área porque há uma série de aspectos que permitem efetuar uma comparação com a cidade de Corumbá (Mato Grosso do Sul), como a situação na fronteira e a instrumentação de uma série de trabalhos articulados com as instituições universitárias, o que torna factível a comparação.

A cidade de San Carlos de Bariloche se situa à margem sul do lago Nahuel Huapi (ver Mapa 1) e, de acordo com o último censo, o do ano de 2010, conta com 112.887 habitantes (RÍO NEGRO, 2013), sendo a principal cidade e o principal ponto turístico da Zona dos Lagos. Próxima à Cordilheira dos Andes, essa zona limita-se com o Chile e foi controlada por diversos povos indígenas por intermédio de diferentes caciques até o fim do século XIX, quando teve lugar a denominada *Conquista del Desierto*, entre os anos 1879 e 1885. Trata-se de uma campanha militar de caráter genocida e que foi resultado da necessidade da burguesia bonaerense de ampliar a zona pecuária com o fim de satisfazer a crescente demanda internacional – por meio da exportação desses produtos –, ampliando a fronteira sobre os territórios tradicionalmente controlados pelos povos originários. Simultaneamente, ocorria uma crescente concorrência com o Chile pelo controle das áreas, o que explica a realização, nos mesmos anos, de uma operação similar denominada *Pacificación de la Araucanía* (RADOVICH, 2003).

Os efeitos da *Conquista del Desierto* foram devastadores para os povos indígenas, uma vez que, além do extermínio e da subjugação de milhares de indígenas, o resultado foi a privatização e a concentração de grandes extensões de terra, o que levou ao reassentamento da população sobrevivente em terras marginais e à adoção, como atividade preponderante, da criação de animais menores, como ovinos e caprinos, de forma extensiva (RADOVICH; BALAZOTE, 2009). Logo após as conquistas e com o processo de consolidação estatal, as políticas pretenderam homogeneizar, em termos culturais, a população no território. Por isso, foram aplicadas ações em prol da estigmatização e da homogeneização da identidade indígena, além de outros setores considerados “indesejáveis” nessa zona, como imigrantes chilenos de poucos recursos, muitas vezes descendentes de indígenas e “criollos”.

Mapa 1 – República Argentina – Divisão político – territorial



Fonte: Instituto Nacional de Estadísticas y Censos – Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas, 2001.

No que diz respeito à zona onde se situa a cidade de Bariloche, as belezas naturais, junto com o papel que desempenharam as elites conservadoras de origem europeia nas primeiras décadas do século XX, seriam centrais no imaginário que predomina acerca da região até os nossos dias. Com efeito, o grupo aqui chamado de elite e que era minoritário em termos demográficos – uma vez que a maioria dos habitantes locais era formada por indígenas ou imigrantes chilenos pobres – ocupava posição hegemônica em termos políticos e econômicos. Esse grupo promoveria e conseguiria consolidar uma marca sobre a região, propagando-a como “natural”ⁱⁱ, “virgem” e com “reminiscências alpinas”, condensada na

imagem de “Suíça argentina”. A referida construção simbólica cimentou o processo de expulsão dos povos indígenas e sua visualização como parte do passado. Ou seja, a construção da ideia de que aqueles povos estariam supostamente “extintos” tornou possível enfatizar seu (suposto) contraste com a “civilização”, representada pelos imigrantes europeus, que foram rapidamente erigidos como os “pioneiros” locais, artífices do “progresso” da região. Além disso, promoveu-se outra imagem estreitamente ligada à proximidade dessa região com a fronteira geopolítica com o Chile e a elaboração de uma fronteira sociocultural vinculada à dos Estados-Nacionais. Trata-se de um estigma para os chilenos, em especial os mais pobres, que teve seu início em fins do século XIX e princípios do século XX (CERUTTI; VIARD, 2011), além da reiterada e falsa identificação dos indígenas mapuche como “chilenos” (RADOVICH; BALAZOTE, 2009)ⁱⁱⁱ.

Ao longo do século XX, San Carlos de Bariloche recebeu aportes migratórios sumamente heterogêneos: europeus, chilenos, argentinos procedentes de outras regiões do país e indígenas provenientes de diversas zonas rurais. Dessa maneira, a cidade foi crescendo com aportes diferenciados em termos socioeconômicos e culturais, o que explica sua consolidação como um destacado centro urbano regional. À medida que foram se inserindo na cidade, os migrantes de origem indígena mapuche passaram a ocupar os estratos mais empobrecidos da escala social. As mulheres, em sua maioria, são empregadas em serviços domésticos, enquanto os homens, costumeiramente, estão na construção civil. Um percentual importante dessa população encontra-se em condições de suma precariedade laboral ou desempregada, o que se traduz em situação de pobreza (VALVERDE, 2010), reside nos bairros mais carentes, com menos acesso a serviços e distanciados da parte “turística” da cidade.

Apesar de as políticas de homogeneização, com o retorno da Argentina ao regime democrático (a partir de 1983), e em particular nos últimos anos, da mesma maneira que na América Latina, os indígenas foram conquistando crescente autoafirmação, e houve a conformação de diversas organizações etnopolíticas e a promulgação de diversas legislações^{iv}, o que contribuiu para o aumento da presença mapuche, hoje um dos povos originários mais importantes da Argentina. Nos últimos anos, os níveis estatais da cidade de Bariloche (município, parques nacionais etc.)

têm efetuado o reconhecimento da preexistência do povo mapuche e de seus direitos como povo originário. Não obstante, a presença de discursos estigmatizantes (ou abertamente racistas) não só segue acontecendo, como também, em algum sentido, tem sido acrescentada na medida em que organizações e comunidades disputam seus territórios ancestrais, crescentemente, com agentes privados. Assim, ao final de 2014, voltaram a publicar uma série de notas jornalísticas^v negando o caráter ancestral do povo mapuche, atribuindo uma suposta origem chilena, e insistindo na ideia de que se tratava de um "invasor" de "autênticos" povos "originários argentinos"^{vi}.

Nesse contexto, a *Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Buenos Aires* está empreendendo com o povo mapuche, na referida região, uma nova linha de projeto denominada "*Desarrollo Técnico y Social*" (PDTs), instrumentado pelo *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* (CONICET) e pelo *Consejo Interuniversitário Nacional* (CIN). A proposta é abordar, a partir do âmbito universitário, problemas que atingem a comunidade, gerando e aplicando conhecimento, no sentido de encontrar soluções para diversas problemáticas, com a participação dos próprios beneficiários dos projetos na geração de resultados (CIN, 2014).

No caso do povo mapuche em Bariloche, trabalharemos com o objetivo de identificar e abordar as várias dificuldades que enfrentam as comunidades e as organizações dessa população originária em acessar os direitos estabelecidos em diversas legislações e em programas sociais e que apresentam impedimentos para sua concretização, o que faz com que "entre o dito e o feito" haja ainda grandes (às vezes enormes) distâncias. A proposta é atuar na elaboração de diversos materiais com apelo didático (folhetos, pôsteres, *banners*, publicações etc.), com o objetivo de conscientizar o conjunto da população a respeito das mensagens estigmatizantes e racistas que ainda perduram, ou respondendo a ideias muito difundidas, como, por exemplo, a suposta contradição entre documentos e relatos orais sobre a existência de indígenas em certas zonas. Assim, destacaríamos, a partir do conhecimento acadêmico, as muitas falácias que tais discursos possuem. Paralelamente, representa um aspecto central da proposta a participação dos próprios beneficiários na geração desses resultados, a partir do trabalho conjunto e combinado com os profissionais do âmbito universitário.

Consideramos importante refletir sobre algumas questões desse projeto. Em primeiro lugar, diante da necessidade de se repensar a tradicional separação entre o “conhecimento básico” e o “aplicado”, é preciso, sem dúvida, reconhecer que se abre um novo universo de trabalho com desafios e implicações. Em segundo lugar, como há persistência de diversos prejuízos em relação aos povos indígenas, a recuperação de leituras amplamente refutadas nos âmbitos acadêmicos deve nos encorajar a desnaturalizar, historicizar e efetuar uma reflexão crítica a respeito dos paradigmas científicos, os discursos massivos e as concepções arraigadas em diversos setores da sociedade em relação a esses povos indígenas (VALVERDE, 2015). Por fim, cabe destacar o papel que nós, profissionais do âmbito universitário, temos como “vozes autorizadas” em relação à questão indígena e ao impacto que as ações desse projeto podem gerar no conjunto de setores envolvidos.

3 O MEF E OS ESTUDOS SOBRE IMIGRANTES: PROPOSTAS DE AÇÃO

Em 2008 foi implantado, em Corumbá, MS, o Mestrado em Estudos Fronteiriços, com dupla característica fundamental: interdisciplinar e profissional. O MEF tem como objetivo central a qualificação de profissionais que atuam em empresas e instituições que lidam diretamente com as problemáticas relacionadas às fronteiras internacionais. Nesse sentido, pensamos que essa seja uma cidade privilegiada para a implantação desse mestrado, principalmente por ser palco de vivências notadamente fronteiriças, como, por exemplo: imigração, tratos entre legal e ilegal, solidariedade e preconceito, aproximações e distanciamentos. Ladeada por três municípios (Ladário, no Brasil, e Puerto Quijarro e Puerto Suarez, na Bolívia), Corumbá funciona, para diversos pesquisadores e estudiosos do MEF, como laboratório no qual não apenas a percepção torna-se mais aguçada, mas, sobretudo, são buscadas algumas alternativas para, no mínimo, mitigar problemas.

Neste artigo apresentamos a criação do Circuito, rede integrada de agentes públicos, representantes de órgãos governamentais ou não, que atuam diretamente com a temática imigrante, seja no acolhimento, seja no atendimento ou no encaminhamento. O Circuito constitui-se como

espaço de prospecção de demandas, nas quais as Comunidades de Prática (CP), aqui entendidas como ações do MEF, irão atuar. Debateremos as funcionalidades de ambas as iniciativas, bem como alguns exemplos de suas aplicabilidades. Considerando as principais características do MEF, interdisciplinar e profissional, isso, obviamente, tem se apresentado como um de seus maiores desafios, uma vez que entre os preceitos que o fundamentam estão a aplicação da pesquisa e a transferência de seus resultados no ambiente profissional.

Há a necessidade permanente de verificar epistemologicamente a evolução do sentido de fronteira, de maneira muito especial observando como os seus habitantes e as instituições e empresas nela atuam. Por isso, entendemos que o sentido de Estudos Fronteiriços somente terá algum conteúdo a partir de uma prática interdisciplinar voltada para o diálogo, não apenas entre as diferentes áreas do saber, mas, sobretudo, entre os problemas que são investigados. A interdisciplinaridade também aparece como problema epistemológico, uma vez que a elaboração e a execução de projetos de pesquisa ganham corpo interdisciplinar a partir do estabelecimento de conceitos oriundos de diversos diálogos.

Entendemos que a fronteira seja categoria e condição que impõe desafios não apenas aos estudiosos, mas, sobretudo, aos profissionais que atuam sobre elas. Nesse sentido, o MEF está fundamentado em três atividades estruturantes: o processo de permanente revisão de sua estrutura curricular, de modo a permitir não apenas sua atualização, mas, principalmente, o aperfeiçoamento de caráter profissional; os projetos de pesquisas que garantem o desenvolvimento nos circuitos de gestão do território fronteiriço, além de apoiarem o aprimoramento e o refinamento das atividades de ensino e das aplicações de soluções encontradas para os problemas profissionais; e ações que visem a sua inserção social por meio da interdisciplinaridade e da busca pelo compartilhamento de seus resultados. Este último item, em especial, vem sendo alvo de debates visando ao melhoramento de suas práticas.

Corumbá é uma cidade que se notabiliza pela sua condição fronteiriça. E um dos seus traços mais marcantes é a existência histórica de fluxos migratórios internacionais. Em outro levantamento, dotado de

sentido histórico, constatou-se a coexistência de 25 nacionalidades na cidade nos anos 1910, quando esta contava com aproximadamente 10 mil habitantes (OLIVEIRA, 2001). Na atualidade, os fluxos são basicamente em três sentidos. No predominante, os imigrantes utilizam a fronteira como passagem para alcançar outros destinos, como São Paulo, por exemplo. Há outro bastante acentuado, mas sujeito a variações das atividades mercantis, como flutuações cambiais, por exemplo, aquele em que os imigrantes se dirigem à fronteira como destino comercial, instalando-se em ambos os lados. Por fim, mas não menos importante, há as migrações pendulares tendo Corumbá como seu centro, porém com direção em mão dupla para todas as cidades que a cercam.

Um dos pontos fulcrais do Circuito é a sua atuação com os imigrantes, categoria de análise muito premente em se tratando de estudos fronteiriços. As investigações sobre o imigrante que ocorriam anteriormente à instalação do MEF tiveram em seu âmbito significativas evoluções, principalmente a partir da criação do Circuito de Apoio ao Imigrante, que passou a ser chamado apenas de Circuito, em 2015. Trata-se de iniciativa que conta com o envolvimento de parceiros estratégicos, como a Prefeitura Municipal de Corumbá, que nos chega com a Casa de Passagem, conhecida como Albergue da Fraternidade; o Centro de Referência à Mulher em Situação de Violência – o CRAM; o Pronto-Socorro Municipal; a Rede Municipal de Ensino e o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP, alargado pela participação dos gestores da Polícia Federal, da Polícia Civil e das Pastorais da Mobilidade Humana e Carcerária, da Associação Beneficente de Corumbá (mantenedora do Hospital Santa Casa de Corumbá), da Associação Boliviana-Brasileira e do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Com a criação do Circuito foi possível perceber que os estudos com órgãos que atuam diretamente com o imigrante demonstraram-se demasiados incompletos na medida em que as autoridades, os servidores e os usuários dos respectivos sistemas demandavam uma série de problemas que a falta de conectividade e certa superficialidade nas percepções sobre o ambiente profissional impediam solucionar. Foi com essa preocupação que o Circuito foi pensado, elaborado e criado como

espaço para que tais demandas pudessem aflorar e para que os diálogos existissem. A proposta central do Circuito é a de que o MEF atue como agente fomentador para a criação de âmbitos específicos nesses órgãos visando à identificação do problema; à formulação de propostas de solução; e à aplicação, à exaustão, dessas propostas até que seja encontrada a melhor resposta.

Quadro 1 - Estrutura do Circuito

Grupos de trabalho	Integrantes dos grupos
Saúde	Associação Beneficente Corumbaense e Pronto-Socorro
Educação	Rede de Ensino Público e Privado
Documentação	Polícia Federal/Polícia Civil/Pastoral da Mobilidade Humana/OAB
Assistência Social	Casa de Passagem/Centro POP/CRAM

Fonte: Circuito de Apoio ao Imigrante.

Quadro 2 - Funcionalidades do Circuito

Quem participa	Como participa	Tempo de participação
Agentes indicados pelos gestores dos órgãos	Apontando problemas, compartilhando experiências e deliberando sobre as pautas das reuniões.	Enquanto os gestores os indicarem
Integrantes da sociedade com elevado grau de envolvimento com a temática imigração	Trazendo para o Circuito as percepções de experiências pessoais ou de assistidas.	Indefinido

Fonte: Circuito de Apoio ao Imigrante.

Nesse sentido, acreditamos que deva ocorrer uma dada concomitância da prática interdisciplinar e do seu sentido profissional em relação aos estudos epistemológicos no MEF. Ou seja, um caminho é o de estabelecer com aqueles parceiros estrategicamente definidos a “comunidade de prática”, associada à formação teórica dos profissionais que estejam regularmente matriculados no mestrado.

4 COMUNIDADE DE PRÁTICA EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS

O caráter profissional do MEF indica aos docentes e discentes uma variedade de oportunidades de inserção em ambientes de trabalho, o que possibilita diferentes formas e tipos de organização para atender à enorme multiplicidade de temas e ambientes que lidam com a fronteira. Levando em conta esse aspecto, pensamos a Comunidade de Prática (CP) como ferramenta capaz de propiciar novas dinâmicas desde o ingresso do discente até a conclusão de sua pesquisa, alterando, inclusive, as práticas dos docentes (FISCHER, 2005).

O conceito de Comunidade de Prática desenvolvido por Wenger (1998) tem sido debatido e adaptado em diversas instituições, incluindo universidades, até mesmo no Brasil. Trata-se de ações societárias que visam à prática compartilhada em diversos segmentos da sociedade.

O contexto do desenvolvimento societário atual tem salientado a importância do papel das organizações no campo da sociedade civil, bem como as múltiplas articulações entre agentes de diferentes esferas de atuação entre o Estado, o mercado e a própria sociedade civil. Nessa dinâmica, tem sido destacada a temática da gestão social. Esta compreende o universo de práticas organizativas voltadas, prioritariamente, para o atendimento de demandas socialmente definidas pelas populações em seus territórios, sinalizando a importância do social, do político, do cultural e do ambiental, para além do aspecto econômico (SCHOMMER; FRANÇA FILHO, 2010).

Trata-se de criar ambiente propício para que floresçam princípios elementares como responsabilidade social, promoção de clima de confiança, iniciativa para o debate a respeito dos problemas que cercam a todos, interesse profícuo em encontrar soluções. As CPs são, por natureza, promotoras de ações específicas, revelando uma abordagem “predominantemente funcionalista sobre as relações interpessoais no âmbito organizacional, e mesmo sobre a noção de conhecimento. Em outras palavras, raramente [as CPs] têm sido estudadas numa perspectiva crítica” (MOURA, 2009, p. 329). O Núcleo de Estudos de Povos de Fronteira (Nepfron) se ocupa, então, da função de realizar o elo necessário para que

a proposta não sucumba a meras perspectivas imediatas, mas, sobretudo, esteja articulada com a produção de saberes.

A metodologia que estamos adotando na implantação das CPs é baseada em três eixos: a formação de oficinas no âmbito do Nepfron, o que consiste em qualificar os seus discentes para atividades interdisciplinares, centrando na perspectiva de aplicação das pesquisas e na necessidade de transferência de seus resultados; os órgãos participantes do Circuito atuando no sentido de contribuir para que seus agentes percebam a multiplicidade de abordagens da realidade em que trabalham; e o estímulo a tais agentes, também sob a forma de oficina, para que procurem, conjuntamente, as melhores soluções para o problema apresentado, criando, assim, as CPs. Entendemos que tanto o discente do MEF quanto o agente servidor do órgão envolvido não estejam reduzidos a dicotomias como abstrato/concreto. Ao contrário, pensamos que:

O termo prática (mundo da ação) é muitas vezes usado como antônimo de teoria, ideia, ideal (mundo do pensamento e do discurso). Na abordagem de aprendizagem em comunidades de prática, não há dicotomias entre ação e conhecimento, saber e fazer, atividade manual e atividade mental, concreto e abstrato, teórico e prático, ideais e realidade, contemplação e envolvimento, abstração e experiência. O processo de engajamento na prática envolve a pessoa como um todo. Entender e experimentar estão em constante interação, são mutuamente constituídos. Admite-se que a atividade mental não é desincorporada, e a atividade manual não prescinde de reflexão. Nem o concreto é sempre evidente e o abstrato transcendente e genérico (SCHOMMER; FRANÇA FILHO, 2010, p. 215-216).

Dessa maneira, o MEF tem se preocupado em buscar inserções de seus investigadores, docentes e discentes nas diversas esferas nas quais a fronteira está cotidianamente presente. Isso, principalmente, onde se percebe a existência de problemas cujas demandas estejam à espera de soluções. Trata-se, objetivamente, de iniciativa de variados níveis de complexidade, uma vez que o preparo dos funcionários para que possam atuar em experiências dessa natureza é ponto elementar. Da mesma maneira, é extremamente importante que os discentes e técnicos do MEF estejam preparados para um trabalho que não terá a sua intervenção direta como meio principal para atingir os seus objetivos.

5 O INGRESSO DO DISCENTE

Durante certo tempo, desde sua implantação até muito recentemente, o MEF possuiu um padrão de ingresso de seus discentes que em nada se diferenciava dos que estão estabelecidos nos mestrados acadêmicos. Além das provas escritas e de suficiência de língua estrangeira, da entrevista e da avaliação da proposta de investigação, o processo não estipulava ações com setores aos quais os candidatos estivessem vinculados. Isso vinha causando deturpações no sentido profissional do MEF, uma vez que uma das etapas mais importantes e, melhor dizendo, mais ligadas à identidade de um mestrado profissional, que é a transferência de seus estudos aplicados, estava comprometida. A utilização de mecanismos mais apropriados para o processo seletivo pode se tornar medida extremamente importante, pois acena com a possibilidade de o MEF ser requalificado,

Alguns programas de MP adotam medidas como carta de apresentação da empresa ou da instituição à qual o candidato está vinculado. Trata-se de medida que nos chama bastante a atenção, uma vez que tal carta viria acompanhada de autorização para a aplicação de pesquisa em âmbitos profissionais. Essa alternativa, após debates promovidos no interior do MEF, passará a vigorar para o processo seletivo de 2016. Contudo, tal instrumento, acreditamos, ainda não é suficiente para reafirmar o sentido profissional do MEF, pois, a Carta de Apresentação de Candidato e a Autorização para Desenvolvimento de Pesquisa em Ambiente Profissional terão efeito mais satisfatório como decorrência de outras medidas conjuntas (COSTA; OLIVEIRA, 2012).

Uma das medidas que antecedem a essa novidade no processo seletivo é a de firmar alguns Termos de Cooperação Técnica (TCTs) com aqueles que denominamos de parceiros estratégicos do MEF. Em outras palavras, estamos tratando de empresas, de instituições e/ou de organizações não governamentais que tenham atuação em regiões de fronteiras internacionais. A qualificação desses TCTs está nos produtos das pesquisas dos docentes do MEF que investigam a fronteira há longo tempo.

Ou seja, foram identificados diversos aspectos do cotidiano profissional, desde problemas operacionais, como, por exemplo, as experiências de preconceito que os professores das redes públicas e privadas vivenciam, até os de ordem estrutural, como as vicissitudes a que estão sujeitos os agentes das polícias estaduais e federais na região de fronteira.

Com o objetivo de assegurar a aplicação e a transferência da pesquisa, é muito importante que a proposta de pesquisa contenha, além da qualificação da proposta, o resultado e o seu impacto profissional esperado. Dessa maneira, espera-se que o futuro discente ingresse com perspectivas de aplicação e de transferência dos resultados de maneira tal que satisfaça tais requisitos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento das atividades inerentes ao Projeto Fronteiras, financiado pela Capes (Brasil) e pela SPU (Argentina), permitiu que as atividades de pesquisas aplicadas no âmbito dos programas de pós-graduação envolvidos ganhassem em qualidade. As missões de trabalho realizadas em ambos os países permitiram que as metodologias utilizadas nos dois projetos ganhassem novas direções em suas execuções e novas perspectivas, desde a aplicação até a transferência dos resultados das pesquisas.

O estabelecimento da parceria entre os programas envolvidos nesse projeto proporcionou, além de proximidades entre pesquisadores, o aprofundamento de práticas interdisciplinares, algo fundamental nos temas que são abordados. O projeto alcançou, portanto, o que há de mais importante nas atividades de pesquisa aplicada: as equipes de pesquisadores diretamente envolvidas na solução de problemas que a sociedade demanda.

Notas

- i IV Seminário Internacional de América Platina, realizado na Ciudad Autónoma de Buenos Aires entre os dias 27 a 30 de Novembro de 2012, organizado pelo *Centro de Análise e Difusão do Espaço Fronteiriço – Cadef/UFMS*, a *Facultad de Filosofía y Letra (UBA)*, o *Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini* e a *Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo*.
- ii Promovido, em especial, pela conformação do Parque Nacional Nahuel Huapi – primeira área protegida da América do Sul – no ano de 1934, com o objetivo de resguardar as belezas naturais desta zona.
- iii Isto ocorre também, em menor medida, com outros povos, assinalando-os como supostamente bolivianos (no noroeste argentino) ou paraguaios (no nordeste argentino).
- iv Cabe destacar que a Argentina é um país federativo que destina aos estados provinciais e municipais autonomia jurídica (sempre e quando estejam dentro do “espírito” da Constituição e as legislações do âmbito nacional). Por isso, existem diferentes níveis estatais que podem legislar em relação à questão indígena: o nacional (Federal), o provincial e o municipal.
- v Em especial publicadas no matutino “La Nación”.
- vi Não nos aprofundaremos nestes argumentos, uma vez que em diversas disciplinas esta visão, por demais limitada e reducionista, tem sido extensamente refutada, evidenciando dinâmicas de interrelações sociais muito complexas e de grande profundidade histórica a partir da articulação e complementariedade entre os diversos povos indígenas entre si, e com a sociedade hispano-criolla para ambos os lados da Cordilheira dos Andes. Ao mesmo tempo, várias obras históricas mostram como a cordilheira não funcionava na prática como uma “fronteira” entre o Chile e a Argentina e, de fato, passou a erigir-se como fronteira efetiva logo após a constituição dos Estados nacionais e, em alguns casos, várias décadas depois. Assim, a leitura equivocada e tendenciosa que supõe atribuir aos povos indígenas uma nacionalidade “argentina” ou “chilena”, quando ainda não se havia efetivada a ocupação territorial de ambos os Estados e a cordilheira não funcionava na prática como um “limite” (ver Balazote et al., 2014)

Agradecimentos

Agradecemos aos avaliadores e aos revisores que contribuíram sobremaneira para a redação final deste artigo.

Referências

BELLI, E.; SLAVUTSKY, R. y TRINCHERO, H. (Comp.). **La Cuenca del Río Bermejo**. Una formación social de fronteras. Buenos Aires: Instituto Interdisciplinario Tilcara, Instituto de Ciencias Antropológicas, FFyL y la Editorial Reunir, 2004.

BALAZOTE, A.; RADOVICH, J. C. (Comp.). **Estudios de Antropología Rural**. Col. Libros de Cátedra. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2013.

BALAZOTE, A.; HOCSMAN, L. D. (Comps.). **Conflictividad agraria y defensa del territorio campesino-indígena en América Latina**. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2013.

BALAZOTE, A. et al. **Deslegitimación y discriminación en el discurso mediático**. Nota publicada el día 03-12-2014 en la Agencia Ciencia, Tecnología y Sociedad (Agencia CTyS), Instituto de Medios de Comunicación, Universidad Nacional de La Matanza, 2014. Disponible en: <<http://www.ctys.com.ar/index.php?idPage=20&idArticulo=3028>>.

CERUTTI, A.; VIARD, G. Periodistas argentinos y migrantes chilenos en el Neuquén. Entre el prejuicio y la asimilación. **Scripta Ethnologica**, XXXIII, p. 63-69, 2011.

CIN – Consejo Interuniversitario Nacional. Proyectos de Desarrollo Tecnológico y Social. Reglamento. Convocatoria, **Resolución C.E. N° 958/14**. Buenos Aires: CIN, 2014.

COSTA, G. V. L.; OLIVEIRA, M. A. M. Mestrado Interdisciplinar em Estudos Fronteiriços/UFMS: perspectiva. Discussões e pesquisas. **Revista NUPEM**, v. 4, n. 6, p. 27-44, 2012.

FISCHER, T. Mestrado Profissional como Prática Acadêmica. **RBPG**, Brasília, v. 2, n. 4, p. 24-29, 2005.

INDEC – Instituto Nacional de Estadística y Censos. **Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas**: Buenos Aires, Argentina. Disponível em: <<http://www.indec.gov.ar/>>.

MOURA, G. L. Somos uma comunidade de prática? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 323-346, mar./abr. 2009.

OLIVEIRA, M. A. **O Mais Importante era a Raça**. Sírios e Libaneses em Campo Grande, MS. Tese de Doutorado – F.F.L.C.H., USP, São Paulo, 2001.

RADOVICH, J. C. **Impacto Social de grandes aprovechamientos hidroenergéticos sobre comunidades rurales de norpatagonia**. Teses de Doutorado – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Argentina, 2003.

RADOVICH, J. C.; BALAZOTE, A. **Estudios antropológicos sobre la cuestión indígena en la Argentina**. Buenos Aires: Editorial Minerva, 1999.

_____. **La problemática indígena**. Estudios antropológicos sobre pueblos indígenas de la Argentina. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1992.

_____. El pueblo mapuche contra la discriminación y el etnocidio. In: GHIOLDI, G. (Comp.). **Historia de las familias Paichil Antriao y Quintriqueo de la Costa Norte del lago Nahuel Huapi**. Neuquén: Archivos del Sur – Biblioteca Popular Osvaldo Bayer, 2009. p. 35-59.

REIS, M. J.; RADOVICH, J. C.; BALAZOTE, A. (Eds.). **Disputas territoriales y conflictos interétnicos en Brasil y Argentina**. Córdoba, Argentina: Ferreyra Editor, 2005.

RÍO NEGRO. **Según el Indec, Bariloche tiene 112.887 habitantes.** Jueves 2 de Mayo de 2013. Disponível em: <http://www.rionegro.com.ar/diario/segun-el-indec-bariloche-tiene-112-887-habitantes-1154502-53285-nota_cordillera.aspx>.

SCHOMMER, P.; FRANÇA FILHO, G. C. A metodologia da Residência Social e a aprendizagem em comunidade de prática. **NAU-Social**, v. 1, n. 1, p. 203-226, 2010.

TRINCHERO, H. **Los Dominios del Demonio.** Buenos Aires: EUDEBA, 2000.

VALVERDE, S. El estigma de la difusión y la difusión del estigma. La escuela histórico-cultural y los prejuicios hacia los pueblos indígenas de Norpatagonia argentina. **Revista Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología**, Buenos Aires, Tomo LX (1), p. 327-349, enero-junio 2015.

_____. Demandas territoriales del pueblo mapuche en área Parques Nacionales. **Avá – Revista de Antropología**, Misiones, n. 17, p. 69-83, 2010.

Recebido em 11/04/2016

Aprovado em 19/08/2016